

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E (O)A
EMPRESA IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS
PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 55, 11º andar – Bairro Cocó, Cep.: 60.811-341, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador, portador da 1570685-0 SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o(a) empresa **IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA**, com sede na Rua Antonio Nagib Ibrahim, nº 350, Bairro Água Branca, São Paulo/SP, Cep: 05.036-060, inscrita no CNPJ sob nº 43.217.850/0001-59, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato, representada pelos Procuradores **Adriana Wailemann Maia**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 24.106.070-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 173.345.798-44, **Alexandre Wyllie Pereira**, brasileiro, portador da Carteira de identidade RG nº 87913026 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.994.987-60, com endereço profissional na Rua Antonio Nagib Ibrahim, nº 350, Bairro Água Branca, São Paulo/SP, RESOLVEM celebrar este contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento Art. 30, inciso I, da Lei Federal nº. 13.303/2016, e na proposta da CONTRATADA, tudo fazendo parte deste contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição da assinatura iob online reg org pub cons trad, conforme especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

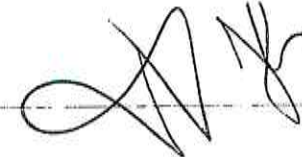
3.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 4.809,00 (quatro mil oitocentos e nove reais), a ser pago com recursos próprios da CEGÁS.

3.2. No preço estabelecido nesta Cláusula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

4.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º/09/2017 a 31/08/2018, devendo ser publicado, conforme preceitua a Lei 13.303/2016.

será a partir da emissão nota fiscal/fatura.



4.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CEGÁS, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/fatura, referente ao objeto ora contratado, para certificação pela FISCALIZAÇÃO da CEGÁS.

5.1.1. A fatura deverá vir acompanhada das Certidões relativas à regularidade da empresa junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Trabalhista através da CNDT.

5.1.2. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis contado a partir da apresentação da nota fiscal no protocolo da CEGÁS.

5.2. Caso os serviços sejam aprovados pela Fiscalização da CEGÁS, o pagamento será efetuado de acordo com o subitem 5.1.2, após a entrega da documentação discriminada no subitem 5.1 e 5.1.1, deste, no protocolo da CEGÁS, pela CONTRATADA.

5.3. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

5.4. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da CONTRATADA, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1. Disponibilizar à CONTRATANTE, o produto ONLINE REG ORG CONST TRAD, conforme proposta;

6.1.2. Dar suporte técnico a CONTRATANTE, através da central de atendimento telefônico e/ou via internet, no período contratado de segunda à sexta-feira das 08h30min às 17h30min.

6.1.3. A CONTRATADA fica expressamente proibida de descontar junto a terceiros, sejam eles bancos, empresas de prestação de serviços de *factoring*, ou de outra natureza, quaisquer títulos de crédito tais como duplicatas de prestação de serviços, sacadas contra a CONTRATANTE, sob pena de indenizá-la pelos prejuízos causados, inclusive relacionados a danos morais e lucros cessantes.

6.1.4. Descumprindo à CONTRATADA o ora estabelecido, a CONTRATANTE poderá recusar-se a aceitar e/ou a pagar os títulos eventualmente emitidos ou, se resolver efetivar o pagamento, fica desde já autorizada, pela CONTRATADA, a deduzir o valor dos créditos que tenha com a mesma e, em não sendo suficiente o valor, a recorrer aos instrumentos judiciais competentes para reaver o que for pago.

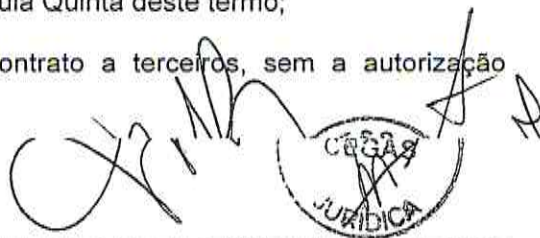
6.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

6.2.1. Efetuar o pagamento pontualmente, nos termos da Cláusula Quinta deste termo;

6.2.2. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito da CONTRATADA.


Depto Jurídico





CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, através do Gerente de Contabilidade, como Gerente do Contrato e o Analista de Gestão Contador Mardônio Barbosa Silva, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominados simplesmente de GESTORES.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA, nos termos do art. 83 da Lei Nº 13.303/16, as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo de até 2 (dois) anos.

8.1.1. As sanções previstas no inciso III do item anterior poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei Federal nº. 13.303, de 2016:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CEGÁS** em virtude de atos ilícitos praticados.

8.1.2. As sanções previstas nos incisos I e III do item 9.1 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.2. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

8.3. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, pelos primeiros 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente e desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso na entrega ultrapassar 30 (trinta) dias;

c) 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nas alíneas "a" e "b" deste item;

d) 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;



f) 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento reiterado de qualquer cláusula do contrato, ou após notificação da CEGÁS, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Autorização de Fornecimento.

8.3.1. A multa apenas será executada após regular processo administrativo, facultada a defesa prévia da licitante ou contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

8.3.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

8.3.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material ou execução dos serviços, se dia de expediente normal na CEGÁS, ou do primeiro dia útil seguinte.

8.4. A multa prevista na alínea 'e' do item 8.3 não será aplicada nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem sanções.

8.5. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

8.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução dos serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa na forma da alínea "b" do item 8.3.

8.7. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com a CEGÁS, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

8.7.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

8.7.2. por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos exigidos, via Internet, de forma provisória, quer, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

8.7.3. por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

8.7.4. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

8.7.4.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

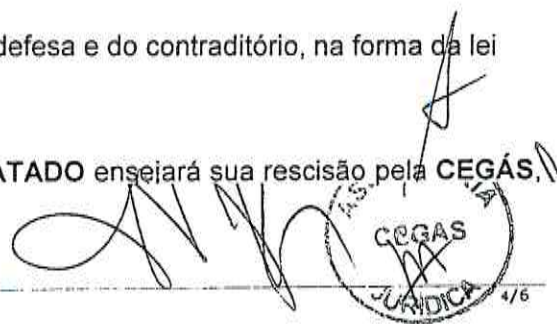
8.7.4.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da licitação ou da contratação; ou

8.7.4.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

9.8. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial do Contrato pelo **CONTRATADO** ensejará sua rescisão pela **CEGÁS**, seus contratos.



9.2. Considera-se em mora o **CONTRATADO**, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;

XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da
XVII - descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.4. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do item anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

III - judicial, nos termos da legislação;

9.4.1. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à **CEGÁS**, bem como na assunção dos serviços pela **CEGÁS** na forma que a mesma determinar.

9.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

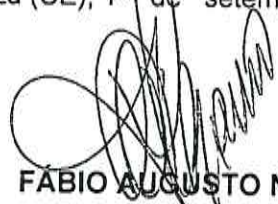
10.1 – Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, de acordo com os Artigos 72 e 81 da Lei nº. 13.303/16.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

12.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

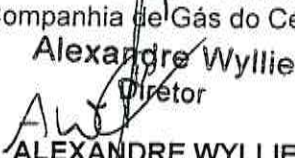
Fortaleza (CE), 1º de setembro de 2017.


FABIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


ADRIANA WAILEMANN MAIA
Diretora
Procurador
IOB Informações Objetivas Publicações
Jurídicas Ltda


HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR

Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


Alexandre Wyllie
Diretor
ALEXANDRE WYLLIE PEREIRA
Procurador
IOB Informações Objetivas Publicações
Jurídicas Ltda

TESTEMUNHAS:

